



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

ANEXO

Formulário para Consulta Pública sobre: **“Minuta de Resolução que estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)”**.

Artigo	Sugestões de Alteração de Conteúdo		
	Supressão	Alteração de Redação	Justificativa da Supressão/Alteração
Título I – Disposições Preliminares			
Art. 1º - Esta Resolução visa estabelecer diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).			
Parágrafo único. Esta Resolução define ações e recomendações específicas para as instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a competência de cada uma das instituições que o compõem.			
Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:			
I - adolescente privada de liberdade: a pessoa com identidade de gênero feminina que tenha entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos de idade e excepcionalmente entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, conforme o art. 2º, parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que esteja cumprindo medida socioeducativa de meio fechado;			
II - unidade: a base física necessária para o funcionamento do programa de cumprimento das medidas socioeducativas de meio fechado, nos termos da Resolução nº 119, 11 de			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

dezembro de 2006, do CONANDA;			
III - órgão gestor socioeducativo: o órgão da Administração Pública responsável, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela execução das medidas socioeducativas de meio fechado;			
IV - medidas de meio fechado: medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e no art. 1º, §3º e 4º, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012;			
V - medidas de meio aberto: medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;			
VI - violência sexual: entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, segundo a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;			
VII - racismo institucional: conjunto de práticas das instituições e organizações que falham em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou etnia, manifestando-se cotidianamente em normas, práticas e comportamentos discriminatórios que combinam estereótipos racistas, colocando pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem frente ao acesso a políticas públicas; e			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

VIII - educação não formal em direitos humanos: entendida como a aquisição e produção de conhecimento que ocorre fora da instituição escolar, e por meio de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e outras áreas de convivência e aprendizado, sendo estruturada e orientada pelos princípios da autonomia e da emancipação, com vistas à formação crítica integral, nos termos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).			
Título II – Da Execução das Medidas de Meio Fechado			
Capítulo I – Do Princípio da Excepcionalidade e da Brevidade			
Art. 3º A medida socioeducativa de internação, provisória ou após sentença, reger-se-á pelos princípios constitucionais da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.			
Art. 4º A internação não deverá ser aplicada em relação às adolescentes gestantes, lactantes, mães e titulares de guarda ou tutela de crianças e adolescentes.		Art. 4º As medidas em meio fechado não deverão ser aplicadas em relação às adolescentes gestantes, lactantes, mães e titulares de guarda ou tutela de crianças, nem quando a adolescente for a única referência ou cuidadora de crianças, pessoa com deficiência ou pessoa idosa que dependa exclusivamente do seu cuidado.	Considerando que a adolescente em medida socioeducativa de semiliberdade vem sendo tratada como se estivesse cumprindo a internação, como quando a adolescente não participa de atividades escolares ou não trabalha, bem como diante da ausência de centros de semiliberdade no Brasil, importante ampliar a vedação para as duas hipóteses: internação e semiliberdade. Ainda, embora não sejam gestantes ou mães, muitas adolescentes são as únicas cuidadoras de pessoas (irmãos, pais) com deficiência e de pessoas idosas, casos que



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

			também merecem atenção especial.
§ 1º Nos casos do caput, deverá haver prioridade absoluta para a remissão, medidas de meio aberto e, excepcionalmente, semiliberdade.		§ 1º Nos casos do caput, deverá haver prioridade absoluta para a remissão e medidas de meio aberto.	Adequação conforme alteração do artigo anterior
§ 2º Aplicar-se-á o disposto neste artigo, independentemente da idade de seus filhos.		§ 2º Aplicar-se-á o disposto neste artigo, independentemente da idade e de seus filhos e da pessoa com deficiência. § 3º As medidas em meio fechado somente serão aplicadas em casos de ato infracional praticado contra descendente, tutelado ou pessoa dependente, ou atentados contra a vida humana, excetuados os casos justificados por legítima defesa ou estado puerperal.	Considerando a alteração prévia, que incluiu pessoa com deficiência e idoso, importante destacar além da idade da criança ser irrelevante, para a pessoa com deficiência também não deve haver um limite de idade. Em artigos mais adiante há previsão da internação, então é mais seguro para as adolescentes e defensores especificar nos casos em que ela pode ocorrer.
Art. 5º Na aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade também deverão ser observados os princípios citados no art. 3º, de modo a assegurar a primazia de medidas em liberdade, com permanência junto à família.			
Capítulo II – Do Ingresso na Unidade			
Art. 6º Nos casos excepcionais em que seja determinado cumprimento de medidas de meio fechado às adolescentes, tais medidas deverão ser cumpridas em unidade exclusiva para o público feminino.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Parágrafo único. O órgão gestor socioeducativo deve abolir quaisquer unidades mistas, que se destinem a ambos os sexos, assim como aquelas unidades contíguas a unidades masculinas.			
Art. 7º Nas unidades femininas, quando atenderem a diferentes modalidades de medidas socioeducativas, tais como internação e semiliberdade, deverá haver separação na infraestrutura física para cada uma destas medidas, assim como a garantia de agentes socioeducativas, equipes técnicas de referência, projetos políticos pedagógicos e propostas socioeducativas próprias, além de outros serviços específicos, tendo em sua composição mulheres.			
Capítulo III – Dos Insumos Básicos			
Art. 8º Além dos insumos básicos de higiene, devem ser garantidos às adolescentes itens específicos às suas necessidades:		Art. 8º Além dos insumos básicos de higiene, devem ser garantidos às adolescentes de maneira ilimitada e incondicionada, itens específicos às suas necessidades:	Destacar que a garantia dos insumos básicos é ilimitada e incondicionada, visando reduzir as trocas de favores e abusos por agentes e entre as próprias adolescentes.
I - fornecimento de absorventes íntimos em quantidade suficiente, sempre que solicitado, respeitando as diferenças de fluxo menstrual;			
II - suprimento regular de água disponível para cuidados pessoais, em particular às gestantes, lactantes e durante o período da menstruação;		II- suprimento regular de água disponível para cuidados pessoais para todas as adolescentes atendidas, em particular às gestantes, lactantes durante todo o período de atendimento socioeducativo;	Necessário pontuar que a disponibilidade da água regular deve atender todas as adolescentes e durante todo o período de atendimento, não somente durante a menstruação.
III - fornecimento de papel higiênico em quantidade necessária, considerando as diferenças individuais; e			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

IV - outros que se fizerem necessários.			
Título III – Da Prevenção e Combate à Violência			
Capítulo I – Da Violência Sexual			
Art. 9º As adolescentes privadas de liberdade serão acompanhadas, obrigatoriamente, por agentes socioeducativas mulheres, na custódia nos alojamentos, na permanência em refeitórios e em quaisquer atividades, assim como no deslocamento interno para atividades e atendimentos técnicos.			
§ 1º Em nenhuma hipótese, agentes socioeducativos homens poderão compor a equipe de unidade, no que tange à execução das rotinas internas regulares.			
§ 2º O transporte externo para audiências judiciais, atendimentos de saúde ou de outra natureza fora da unidade poderá ser realizado por agente socioeducativo homem, desde que a adolescente esteja também acompanhada, em todos os momentos, por, pelo menos, uma agente socioeducativa mulher.			
§ 3º As ações de resposta a situações-limite dentro das unidades deverão estar, preferencialmente, a cargo das agentes socioeducativas mulheres, devendo ser a elas oferecidos treinamentos e capacitações adequadas, a fim de garantir a integridade física e psicológica das adolescentes privadas de liberdade, bem como de todos os profissionais da unidade.			
§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos profissionais das equipes técnicas, de educação, saúde ou outras atividades pedagógicas, profissionalizantes e de cultura, esporte e lazer, entre outros.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

<p>Art. 10. Quaisquer relatos, queixas e indícios da ocorrência de fatos que possam configurar estupro, violação sexual mediante fraude, importunação sexual, assédio sexual, corrupção de menores, exploração sexual, pornografia envolvendo crianças e adolescentes, entre outros ilícitos penais de violência sexual contra adolescentes durante a execução da medida socioeducativa, seja dentro da unidade, em deslocamentos ou em outros locais, onde haja agente público exercendo sua custódia, perpetrados por qualquer pessoa, ensejarão imediata apuração pela direção da unidade e a realização de atendimento integral da adolescente em situação de violência sexual, especialmente nas áreas de saúde e psicossocial.</p>		<p>Art. 10. Quaisquer relatos, queixas e indícios da ocorrência de fatos que possam configurar estupro, violação sexual mediante fraude, importunação sexual, assédio sexual, corrupção de crianças e adolescentes, exploração sexual, pornografia envolvendo crianças e adolescentes, entre outros ilícitos penais de violência sexual contra adolescentes durante a execução da medida socioeducativa, seja dentro da unidade, em deslocamentos ou em outros locais, onde haja agente público exercendo sua custódia, perpetrados por qualquer pessoa, ensejarão imediata apuração pela corregedoria do órgão estadual responsável pela execução da medida e a realização de atendimento integral da adolescente em situação de violência sexual, especialmente nas áreas de saúde e psicossocial de maneira sigilosa e que garanta a segurança da adolescente.</p>	<p>As apurações de denúncias terão mais efetividade se foram realizadas pelas corregedorias dos órgãos de atendimento, uma vez que a direção da unidade pode ser a responsável pela agressão, ou ainda ter relações próximas e pessoais com o agente socioeducativo agressor. Assim, é necessário que o canal de denúncia seja sigiloso e garanta a segurança da adolescente devendo ser independente da gestão da unidade. Também, ainda que seja o termo popular “corrupção de menores”, sugere-se a sugestão do termo por “crianças e adolescentes”.</p>
<p>§ 1º A apuração dos casos previstos no caput será realizada conforme a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018, considerando as diretrizes do depoimento especial, a ser realizado preferencialmente uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, por meio de profissionais especializados, em local adequado para o sigilo, assegurada a</p>			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

livre narrativa sobre a situação de violência, com gravação em áudio e vídeo.			
§ 2º Nos casos do caput, a direção da unidade deverá obrigatoriamente informar à família da vítima, à delegacia especializada no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, à Vara da Infância e Juventude responsável pela execução da medida socioeducativa, à Defensoria Pública e ao Ministério Público, para as medidas administrativas e judiciais cabíveis de proteção, responsabilização e reparação.			
§ 3º A autoridade judiciária responsável pela execução da medida socioeducativa deverá considerar o relato de violência sexual para a reavaliação da medida, a fim de aplicar a remissão, a extinção ou a substituição por uma medida menos grave, além de determinar o afastamento do agente público acusado da unidade.			
§ 4º A autoridade judiciária deverá determinar medidas de proteção incluindo medidas específicas para evitar qualquer tipo de retaliação contra aquelas adolescentes que fizerem queixas de violência sexual.			
§ 5º A direção da unidade, assim como todos os profissionais do programa de atendimento, com exceção das comunicações obrigatórias expressas no §3º, deverá guardar sigilo e discrição em relação aos relatos, queixas e indícios de ocorrência de violência sexual, de modo a evitar exposição, humilhação, constrangimento e revitimização da adolescente vítima.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Art. 11. As adolescentes vítimas de violência sexual terão acesso a atendimento intersetorial, envolvendo escuta especializada e atendimento na rede de atenção à saúde e rede socioassistencial, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018.			
Art. 12. Nos casos de violência sexual, sem prejuízo dos procedimentos de investigação e responsabilização, deverão ser garantidos encaminhamentos da vítima para os serviços de saúde, a fim de se realizar escuta especializada, cuidados médicos, exames laboratoriais, acesso a contraceptivos de emergência, antirretrovirais, interrupção da gravidez nos casos previstos em lei, e acompanhamento psicossocial.			
Art. 13. As adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares ou responsáveis legais deverão ser informados de todas as etapas dos procedimentos de responsabilização e reparação previstos neste capítulo, assim como participar dos mesmos sempre que possível.			
Capítulo II – Da Tortura e Maus Tratos			
Art. 14. Ficam vedadas quaisquer medidas que exponham a intimidade das adolescentes nas unidades, incluindo:		Art. 14. Ficam vedadas quaisquer práticas de tortura e maus tratos tais quais violência física, psicológica e verbal, além de práticas que exponham a intimidade e a imagem das adolescentes nas unidades, incluindo:	É importante reforçar que os outros tipos de violência incidem de maneira diferenciada nas adolescentes, principalmente a tortura psicológica, bem como ainda garantir também a proteção da imagem e intimidade da adolescente
I - videomonitoramento com alcance sobre o interior dos alojamentos, banheiros e espaços coletivos onde haja troca de vestimentas;			
II - revistas corporais que envolvam desnudamento; e			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

III - alojamentos cujas estruturas não garantam o respeito à intimidade das adolescentes.			
Art. 15. A revista corporal das adolescentes, sem desnudamento, deve ser realizada exclusivamente pelas agentes socioeducativas mulheres, resguardando a privacidade inerente ao procedimento.			
Título IV – Da Eliminação à Discriminação e Práticas que Reforçam a Desigualdade em Relação às Adolescentes			
Art. 16. Serão garantidos às adolescentes, em igualdade de condições em relação aos adolescentes, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissionalizante, devendo os cursos profissionalizantes ser diversificados, atenderem aos interesses das adolescentes e não serem determinados por expectativas sociais de gênero.			
Capítulo I - Da Modificação de Padrões Socioculturais de Conduta para Mulheres			
Art. 17. O órgão gestor socioeducativo e a unidade deverão tomar todas as medidas necessárias para alterar quaisquer procedimentos técnicos e condutas institucionais baseados na ideia de inferioridade da mulher ou superioridade do homem ou em funções estereotipadas.			
Art. 18. As unidades deverão articular parcerias com organizações da sociedade civil com atuação na temática de gênero para a realização de atividades de educação não formal, que estimulem a participação das adolescentes em ações e discussões que contribuam com o processo de formação cidadã, consciência crítica e empoderamento das adolescentes como sujeitos de direitos.		Art. 18. As unidades deverão articular parcerias com organizações da sociedade civil com atuação na temática de gênero, raça, desigualdades e outras pautas que se fizerem importantes para a realização de atividades de educação não formal, que estimulem a participação das	Importante expandir as oportunidades de desenvolvimento para outras pautas além da temática de gênero para que as adolescentes tenham condições e formar pensamento de maneira crítica e responsável com toda a sociedade.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

		adolescentes em ações e discussões que contribuam com o processo de formação cidadã, consciência crítica e empoderamento das adolescentes como sujeitos de direitos e protagonistas de suas vidas.	
Art. 19. As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação e à orientação vocacional que contribua para a construção de metas para planos individuais de atendimento (PIA) e para as escolhas pessoais com vistas à preparação para o encerramento da medida e retorno a vivência comunitária em liberdade.		Art. 19. As adolescentes privadas de liberdade deverão ter acesso à educação e à orientação vocacional que contribua para a construção de metas para planos individuais de atendimento (PIA) e para as escolhas pessoais com vistas à preparação para o encerramento da medida e retorno a vivência familiar e comunitária em liberdade.	Fundamental incluir a convivência familiar, uma vez que muitas adolescentes não recebem visitas durante o cumprimento e precisam ter condições de desenvolver uma relação saudável e de confiança com sua família.
Capítulo II – Do Exercício da Individualidade, Afeto e Sexualidade			
Art. 20. É vedada a instauração de procedimento disciplinar ou qualquer outra forma de castigo ou punição para as adolescentes, independentemente de sua orientação sexual ou de gênero, quando da expressão de afeto, incluindo abraços, beijos, apertos de mãos, trocas de bilhetes e cartas, entre outros.		Art. 20. É vedada a instauração de procedimento disciplinar ou qualquer outra forma de castigo ou punição para as adolescentes, independentemente de sua orientação afetivo-sexual ou de gênero, quando da expressão de afeto, incluindo abraços, beijos, apertos de mãos, trocas de bilhetes e cartas, entre outros.	Adequação terminológica para o termo “orientação afetivo-sexual”
Art. 21. São vedados, em relação às adolescentes lésbicas, quaisquer impedimentos de contato afetivo, de amizade ou de		Art. 21. São vedados, em relação a todas as adolescentes, e especialmente	Trata-se de um direito de todas, de modo que somente opta-se por salientar



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

convivência com as demais adolescentes.		em relação às adolescentes lésbicas e trans, quaisquer impedimentos de contato afetivo, de amizade ou de convivência com as demais adolescentes.	que é um direito também de lésbicas e trans, que são mais vulneráveis à discriminação
Art. 22. São vedadas práticas institucionais que descaracterizem a liberdade de expressão de gênero das adolescentes, como:			
I - corte compulsório de cabelos;			
II - proibição de uso de maquiagem e outros produtos de beleza;			
III - depilação compulsória; e			
IV - entre outras práticas que violem a liberdade de expressão de gênero.			
Art. 23. No caso de formação de casais entre as adolescentes, dever-se-á permitir que permaneçam no mesmo alojamento, sendo levado em conta o direito ao exercício da sexualidade, da afetividade e da convivência.			
Título V – Da Saúde			
Capítulo I – Disposições gerais			
Art. 24. É garantido às adolescentes privadas de liberdade o acesso à saúde com atendimento integral nos termos da Política de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei – PNAISARI, regulamentada por meio da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, seção III, anexo XVI, do Gabinete do Ministro, do Ministério da Saúde.			
Art. 25. No ingresso na unidade, será realizada avaliação clínica e psicossocial em toda adolescente, devendo incluir, no			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

mínimo:			
I - prevenção e controle de agravos em saúde;			
II - histórico de abuso sexual e outras formas de violência que possa ter sofrido anteriormente ao ingresso;			
III - saúde sexual e saúde reprodutiva, com foco na ampla garantia de direitos, no controle das doenças sexualmente transmissíveis e no acompanhamento pré-natal;			
IV - saúde mental, com foco no sofrimento psíquico decorrente da situação de privação de liberdade e do uso de álcool e outras drogas; e			
V - avaliação das condições de saúde, com foco nas situações de urgência e emergência.			
Art. 26. Deverão ser garantidos os encaminhamentos à rede de atenção à saúde, inclusive envolvendo procedimentos de média e alta complexidade, atenção hospitalar e a demais políticas.			
Capítulo II – Da Saúde Mental			
Art. 27. As adolescentes com indícios de transtorno mental, de deficiência mental, ou associadas, deverão ter a medida socioeducativa preferencialmente suspensa e não deverão ser mantidas nas unidades, conforme o art. 64, § 4º, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.			
§ 1º Nenhuma adolescente com indícios de transtorno mental, deficiência mental, ou associadas, será alocada em alojamentos ou espaços segregados ou mais restritivos que os demais da unidade, sendo vedadas práticas de cunho manicomial nas unidades, conforme a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

§ 2º As adolescentes identificadas com risco de suicídio e em situações de crise em saúde mental deverão ter um plano para encaminhamento para os serviços da rede de atenção psicossocial (RAPS), de maneira a oferecer cuidado intensivo mais adequado a essas situações, prevenindo o suicídio.			
Art. 28. Deverão ser disponibilizadas às adolescentes ações de atenção em saúde mental, tendo em vista:			
I - o sofrimento psíquico decorrente da privação de liberdade;			
II - a necessidade de tratamento adequado às adolescentes com transtornos mentais; e			
III - problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.			
Parágrafo único. O acompanhamento psicossocial será realizado fora de instituições com caráter asilar, com especial atenção às questões de gênero.			
Art. 29. O órgão gestor socioeducativo deverá elaborar e implementar estratégias, em articulação com a rede de atenção psicossocial (RAPS) e demais políticas, para a atenção em saúde mental, preconizando as ações de promoção em saúde mental, sem prejuízo das ações de tratamento e reabilitação.			
Capítulo III – Da Saúde Sexual e Reprodutiva			
Art. 30. É garantido às adolescentes privadas de liberdade o acesso, sem qualquer discriminação e coerção, a direitos sexuais e reprodutivos, a informações sobre formas de contracepção e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo o acesso e orientação sobre o uso de preservativos.		Art. 30. É garantido para todas adolescentes privadas de liberdade, independente da orientação afetivo-sexual e identidade de gênero, o acesso, sem qualquer discriminação e coerção, a direitos sexuais e reprodutivos, a informações sobre formas de contracepção e a prevenção de infecções sexualmente	Geralmente esses assuntos são limitados às adolescentes cis e heterossexuais, por isso é importantes explicitar que todas deveram ter acesso igual às informações e direitos.



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

		transmissíveis (IST), incluindo o acesso e orientação sobre o uso de preservativos.	
§ 1º Às adolescentes gestantes nas unidades são garantidos todos os direitos inerentes às demais mulheres grávidas, com o acompanhamento do pré-natal e a vinculação ao serviço para o parto e o puerpério, com atenção especial às peculiaridades advindas da situação de privação de liberdade, seguindo-se as diretrizes do Ministério da Saúde.			
§ 2º Os equipamentos de saúde deverão acolher e atender as adolescentes privadas de liberdade sem qualquer estigmatização, constrangimento ou discriminação em razão de sua condição de adolescente privada de liberdade.			
§ 3º Será resguardado, no âmbito das unidades, o sigilo dos dados referentes aos atendimentos médicos, ambulatoriais e psicossociais, em especial das adolescentes com IST/HIV/AIDS.			
Título VI – Da Gestação e Maternidade			
Art. 31. A adolescente em período de gestação ou de lactação não sofrerá qualquer medida disciplinar que, por qualquer circunstância, represente restrição à alimentação, à água e à visita familiar.		Art. 31. Nenhuma adolescente, especialmente as que estiverem em período de gestação ou de lactação, poderá sofrer qualquer medida disciplinar que, por qualquer circunstância, represente restrição à alimentação, à água e à visita familiar.	Em nenhuma hipótese qualquer adolescente poderá sofrer restrição à alimentação, água e visitas familiares.
Art. 32. Dever-se-á reservar especial atenção às adolescentes privadas de liberdade que apresentarem dificuldade no cuidado dos filhos ou que estejam em sofrimento psíquico decorrente			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

do período puerperal, garantindo-se o cuidado em saúde mental.			
Art. 33. É direito da criança filha das adolescentes privadas de liberdade:			
I - receber visitas do genitor; e		I - receber visitas do genitor, família biológica, família extensa ou pessoa indicada pela adolescente, bem como poder, mediante autorização da genitora, realizar saídas.	Sabe-se que, normalmente, quem visita são mulheres. Muitas crianças não têm o registro do pai. É importante garantir o vínculo com a família estendida
II - ter acesso a registro civil logo após o nascimento.		II - ter acesso a registro civil logo após o nascimento, bem como acesso a serviços de saúde e assistência social, prioritariamente em espaços externos aos centros de atendimento, garantindo a convivência comunitária.	A medida não é aplicada às crianças, assim embora, fiquem aos cuidados da mãe, não sendo possível este ser fora da unidade, deverá ser respeitada a liberdade da criança de acordo com suas necessidades.
Art. 34. Na ausência de parentes ou mesmo de família extensa que possam cuidar das crianças após a saída da unidade, as mesmas deverão ser encaminhadas para serviços e programas da assistência social provisoriamente até a genitora poder assumir os seus cuidados integrais.		Art. 34. Na ausência de parentes ou mesmo de família extensa que possam cuidar da genitora e de seu filho ou filha, após a saída da unidade, ambas deverão ser encaminhadas para o mesmo serviço e programa da assistência social.	É importante garantir o vínculo familiar mãe-bebê não seja rompido enviando a criança para um serviço e a mãe para outro.
Art. 35. A situação de conflito com a lei ou a condição de estar privada de liberdade não poderão ser consideradas como critérios por parte das unidades para tomar medidas orientadas para a perda ou suspensão do poder familiar, para colocação de filhos em famílias substitutas ou para indução à adoção.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

§ 1º Se, eventualmente, as adolescentes privadas de liberdade apresentarem dificuldades materiais ou de ordem psicoafetiva para o cuidado regular das crianças, deverão elas ser inseridas em serviços e programas da rede socioassistencial.	x		Os encaminhamentos do encerramento da medida já estão garantidos no artigo 42 da própria resolução
§ 2º Em última hipótese, caso expressa vontade da adolescente e de seus pais ou responsáveis, a criança poderá ser encaminhada à adoção, uma vez esgotadas todas as tentativas de colocação na família extensa.	X		Os encaminhamentos do encerramento da medida já estão garantidos no artigo 42 da própria resolução
Art. 36. É garantida às adolescentes gestantes a assistência material para garantir o enxoval da criança recém-nascida.			
Art. 37. Sob nenhuma hipótese será admitida contenção de adolescentes parturientes, incluindo uso de algemas, nas etapas preparatórias para o parto, no momento do parto, nem no período imediatamente posterior.			
Art. 38. Às adolescentes indígenas, estrangeiras, quilombolas ou pertencentes a povos e comunidades tradicionais é garantido o respeito a ritos e/ou tradições específicos na gestação, no parto e no puerpério, incluindo rituais religiosos e manifestações culturais.			
Título VII – Do Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários			
Art. 39. Quando a unidade acolher adolescentes de outros municípios, deverá oferecer apoio logístico para deslocamento das famílias, nos dias de visitas e atividades que envolvam a participação dessas durante a execução da medida.		Art. 39. Quando a unidade acolher adolescentes de outros municípios, ou que sejam acolhidas em unidades distantes de onde moram, deverá ser oferecido apoio logístico para deslocamento das famílias, nos dias de visitas e atividades que envolvam a participação dessas durante a execução	Além de casos em que a adolescente vive em outro município, importante contemplar casos em que a família está na mesma cidade, mas há grandes distâncias entre a residência e a unidade de cumprimento de medida socioeducativa



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

		da medida.	
Art. 40. A proibição, ameaça de suspensão, ou redução do tempo de duração das visitas e contatos telefônicos com familiares não deverá ser utilizada como forma de sanção disciplinar pela unidade.			
§ 1º Qualquer limitação sobre o contato familiar será medida excepcional e somente determinada judicialmente, conforme disciplina o art. 124, § 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.			
§ 2º As unidades articular-se-ão com os estabelecimentos penais onde estejam presos pais, mães ou responsáveis adultos pelas adolescentes, a fim de assegurar visitas familiares regulares.			
§ 3º As visitas familiares na unidade, principalmente quando envolvam crianças, devem garantir contato direto com as adolescentes, em um ambiente organizado que favoreça uma experiência positiva do encontro, bem como a satisfação na manutenção do vínculo familiar.			
§ 4º Serão oferecidas diferentes estratégias que estimulem a manutenção dos vínculos com amigos e outras pessoas de referência das adolescentes, bem como os meios de comunicação com o mundo externo.		Incluir: §5º As famílias ao visitarem as adolescentes não poderão ser expostas às revistas corporais que envolvam desnudamento, especialmente crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos.	Considerando que as famílias também são expostas ao desnudamento no procedimento de visita, acho fundamental destacar aqui também.
Art. 41. Deverá ser garantido o direito à visita íntima para as adolescentes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero, nos termos do artigo 68, da		Art. 41. Deverá ser garantido o direito à visita íntima para as adolescentes, independentemente de sua orientação	Adequação do termo “orientação afetivo-sexual”



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.		afetivo-sexual ou identidade e expressão de gênero, nos termos do artigo 68, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.	
Art. 42. Na fase de encerramento da medida serão garantidos encaminhamentos à rede socioassistencial, de modo a favorecer a inserção comunitária por meio da participação em programas, projetos e serviços que contribuam para ampliar possibilidades de acesso e permanência na escola, cursos profissionalizantes e atividades culturais e de formação cidadã.			
Parágrafo único. Organizações da sociedade civil poderão ser acionadas, em caráter de acompanhamento suplementar, para inclusão das adolescentes em projetos e atividades com as finalidades previstas no caput.			
Título VIII – Do Enfrentamento ao Racismo contra Adolescentes Negras			
Art. 43. As unidades desenvolverão ações e programas para enfrentar o racismo institucional, considerando as interfaces de discriminação múltipla que recaem, sobretudo, em relação às adolescentes negras.			
Art. 44. São vedadas condutas fundadas no racismo institucional, tais como:			
I - tratamento diferenciado, de qualquer natureza, frente às adolescentes negras, especialmente no que tange ao acesso a atividades pedagógicas, cursos profissionalizantes e atendimentos da equipe técnica;			
II - utilização de alcunhas e apelidos que remetam à raça/cor de cunho pejorativo;			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

III - fomento a um estereótipo de beleza conforme padrões brancos, como a indução ao alisamento de cabelos; e			
IV - aplicação de condutas que remetam a práticas escravocratas, como trabalhos forçados, trabalhos insalubres e retirada de chinelos e calçados como sanção.			
Título IX – Das Funcionárias e Funcionários Socioeducativos			
Capítulo I – Da Capacitação			
Art. 45. O órgão gestor socioeducativo deverá estabelecer uma política de capacitação sobre discriminação de gênero a todas suas funcionárias e funcionários, que envolva, no mínimo:		Art. 45. O órgão gestor socioeducativo deverá estabelecer uma política de capacitação sobre discriminação de gênero, raça, sexualidade e outras questões minoritárias, a todas suas funcionárias e funcionários, que envolva, no mínimo:	Não podemos restringir à discriminação de gênero, a capacitação deve englobar todas as questões minoritárias, sobretudo gênero, raça e sexualidade.
I - programas de capacitação inicial, quando do ingresso na carreira e no posto de trabalho na unidade feminina; e			
II - programas de capacitação continuada, com periodicidade, no mínimo, anual.		Incluir: Parágrafo único. A capacitação pode ser realizada em parceria entre o órgão gestor da medida e com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.	Importante criar espaços para que a sociedade civil também possa participar do processo de execução das medidas socioeducativas em parceria com a instituição pública.
Art. 46. Todo o pessoal antes de ser lotado em unidades femininas deverá passar por capacitação específica sobre as necessidades das adolescentes, incluindo, entre outros:			
I - regras de conduta para prover a máxima proteção às adolescentes contra todo tipo de violência motivada por razões de gênero, particularmente a violência sexual, além da discriminação múltipla de raça e gênero;			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

II - métodos de identificação para a necessidade de cuidados com a saúde mental e o risco de lesões auto infligidas e suicídio entre as adolescentes, assim como os encaminhamentos adequados nestes casos;			
III - operação de serviços e equipamentos seguros e com foco na socioeducação;			
IV - acolhimento, encaminhamento e acompanhamento adequado das situações de sofrimento psíquico das adolescentes em conflito com a lei.			
V - mediação, negociação e métodos não violentos de gestão de conflitos;			
VI - protocolo de uso da força, incluindo manejo de conflitos físicos e técnicas de contenção, que deverão ser aplicados somente como último recurso; e			
VII - discriminação de gênero contra funcionárias dentro do sistema socioeducativo.			
Art. 47. As funcionárias mulheres deverão ter acesso às mesmas capacitações que os funcionários homens, devendo ser reservadas vagas para as funcionárias mulheres particularmente nos cursos de defesa pessoal, contenção física, gestão de situações-limite e congêneres.			
Capítulo II – Da Política contra Discriminação contra a Mulher			
Art. 48. Serão assegurados meios de acesso igualitário das funcionárias mulheres a cargos de chefia e postos superiores com responsabilidades determinantes para o desenvolvimento de políticas e estratégias em relação ao atendimento socioeducativo.			
Art. 49. Os cargos de direção das unidades femininas deverão ser prioritariamente ocupados por funcionárias mulheres.			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Título X – Do Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas			
Art. 50. O órgão gestor socioeducativo deverá revisar e reformular seus regulamentos, tais como Regimentos Internos, planos decenais, planos de segurança, entre outros, a fim de abordar a perspectiva de gênero em todas as vertentes da política socioeducativa.			
§ 1º Os conselhos estaduais de direitos da criança e do adolescente, deverão participar de processo de revisão normativa e deliberar sobre os regulamentos e planos sob sua competência.		§ 1º Os conselhos estaduais de direitos da criança e do adolescente deverão participar de processo de elaboração e revisão normativa e deliberar sobre os regulamentos e planos sob sua competência.	Incluir os conselhos no processo de elaboração das normas é mais uma forma de a sociedade participar da construção da política e ampliar sua participação da no processo socioeducativo.
§ 2º As demais instituições do sistema de garantia de direitos (SGD) e, particularmente, organizações da sociedade civil que trabalham com mulheres e questões de gênero deverão participar das ações previstas neste Título.			
Art. 51. Deverão ser envidados esforços para organizar e promover estudos e pesquisas, no mínimo, sobre os seguintes temas:			
I - características sociodemográficas das adolescentes em conflito com a lei;			
II - tipos de atos infracionais cometidos pelas adolescentes;			
III - razões que levam as adolescentes a entrar em conflito com a lei;			
IV - enfoque de raça/cor e etnia em todos os estudos sobre a temática;			
V - impacto da privação de liberdade na vida e na família das adolescentes;			



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

VI - número de crianças afetadas e o impacto do cumprimento das medidas de meio fechado sobre suas mães;			
VII - número das adolescentes privadas de liberdades que tenham pais, mães ou responsáveis presos e egressos do sistema prisional;			
VIII - número das adolescentes LGBT privadas de liberdade e as condições de seu atendimento nas unidades; e		VIII - número das adolescentes LGBTI privadas de liberdade e as condições de seu atendimento nas unidades; e	Importante a inclusão e visibilidade e intersexuais
IX - efetividade de programas existentes para reduzir o cometimento de novos atos infracionais pelas adolescentes.			
Art. 52. Os estudos e pesquisas previstos no art. 51 deverão fundamentar o planejamento efetivo, desenvolvimento de programas, formulação de políticas e sistemas de informação que atendam às necessidades das adolescentes em conflito com a lei, considerando o seu melhor interesse e a prevalência de políticas para o retorno à liberdade.			
Parágrafo único. Deverão ser realizados programas de capacitação sobre os resultados destas pesquisas destinados ao pessoal socioeducativo, com o intuito de elevar sua consciência e sensibilidade sobre a temática.			
Art. 53. Na sistematização de dados sobre a política de atendimento socioeducativo, como um todo, será observada a desagregação de dados em relação às adolescentes em conflito com a lei, de modo a permitir uma análise adequada em relação a este grupo dentro do sistema socioeducativo como um todo.		Incluir: Parágrafo único: Na sistematização de dados sobre a política de atendimento socioeducativo, caberá aos gestores: I - identificar quais dados são pessoais e, portanto, cujo tratamento deve ser regido pela Lei 13.709/2018 .; II - garantir a nomeação de um encarregado especialista em proteção	



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

		<p>de dados para responder acerca dos dados pessoais sob gestão do sistema socioeducativo</p> <p>III - armazenar os dados pessoais de adolescentes em conflito com a lei de maneira segura, em linha com as melhores práticas disponíveis no mercado;</p> <p>IV - anonimizar os dados de adolescentes previamente a qualquer compartilhamento com outros órgãos, entidades, centros de pesquisa e agentes privados.</p>	
<p>Art. 54. Serão envidados esforços para revisar, avaliar e tornar públicas periodicamente as tendências, os problemas e os fatores associados aos atos infracionais cometidos pelas adolescentes e a efetividade das medidas de garantia à convivência familiar e comunitária das mesmas, assim como de seus filhos, com o intuito de reduzir a estigmatização e o impacto do sistema de justiça da infância e juventude nestas pessoas.</p>			
<p>Título XI – Disposições Finais</p>			
<p>Art. 55. Será dada ciência dos termos desta Resolução a todas instituições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).</p>			
<p>Art. 56. O disposto nesta Resolução aplicar-se-á, no que couber, a adolescentes travestis e transexuais.</p>		<p>Art. 56. O disposto nesta Resolução se aplica às adolescentes travestis e transexuais, femininos e masculinos,</p>	<p>A expressão “no que couber” pode abrir espaço para subjetivismo, assim melhor expressar exatamente o que está sendo</p>



MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

		em todas unidades femininas, sendo vedada qualquer discriminação por sua identidade de gênero.	garantido. Aqui a ideia é que adolescentes transexuais femininos e masculinos fiquem em unidades femininas, uma vez que nas unidades femininas correm risco de isolamento e violência.
Art. 57. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.			

Comentários: É importante pensar em ações para Delegacias, uma vez que muitas adolescentes são submetidas a abusos sexuais dentro de Delegacias de Polícia para não serem encaminhadas para o Ministério público e dar andamento ao processo socioeducativo com medo da internação.